REUNI ATENAS Revista de Extensão Universitária Atenas Sete Lagoas

Projeto Amparo: Ação Interdisciplinar de Entrega Voluntária de Recém Nascidos

Maria Eduarda Corgosinho Olindo[1]
ORCID: https://orcid.org/0009-0002-5398-099X
Luiza Dias Alves[1]
ORCID: https://orcid.org/0009-0003-9382-055X
Jennifer Lorrany Dias Rodrigues[1]
ORCID: https://orcid.org/0009-0009-9432-8982
Luiz Otavio da Rocha Martins[1]
ORCID: https://orcid.org/0009-0002-3970-6521
Giovanna Aquino Diamantino[1]
ORCID: https://orcid.org/0009-0002-2172-6807
Tainá Carvalho Felix da Silva[1]
ORCID: https://orcid.org/0009-0005-5988-5899
Ana Luiza Martins Campelo[1]
ORCID: https://orcid.org/0009-0007-8652-2094
Gabriel Geraldo Bastos[1]
ORCID: https://orcid.org/0009-0002-2895-751X
Ana Laura Fialho[1]
ORCID: https://orcid.org/0009-0000-0815-6876
Vitória Kimberly dos Santos Barradinho[1]
ORCID: https://orcid.org/0009-0002-7668-0594
Yasmim da Silva Fernandes[1]
ORCID: https://orcid.org/0009-0001-7004-2455

[1] Discente Faculdade Atenas Sete Lagoas
Endereço para contato: projetomarianas2025.atenas@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa o impacto do Projeto Amparo, realizado na Faculdade Atenas (MG), na capacitação interdisciplinar de estudantes para o atendimento à entrega voluntária de recém-nascidos. O objetivo foi avaliar como a articulação entre Direito, Medicina, Enfermagem e Psicologia supera a fragmentação do saber técnico e promove o acolhimento humanizado. A metodologia baseou-se em palestras no auditório da instituição, que integraram eixos jurídicos e clínicos. Os resultados demonstraram que o debate multidisciplinar promove uma visão holística e ética nos acadêmicos, instrumentalizando a rede de proteção. Conclui-se que o Projeto Amparo atua como estratégia essencial de educação permanente, transformando a prática profissional e assegurando o cumprimento dos direitos fundamentais da gestante e do recém-nascido conforme a legislação vigente.

Palavras chaves: *Entrega voluntária, Interdisciplinaridade, Capacitação profissional, Acolhimento.*

ABSTRACT

This article analyzes the impact of the "Projeto Amparo," conducted at Faculdade Atenas (MG), on the interdisciplinary training of students for the care of voluntary relinquishment of newborns. The objective was to evaluate how the articulation between Law, Medicine, Nursing, and

Psychology overcomes the fragmentation of technical knowledge and promotes humanized care. The methodology was based on technical lectures held at the institution's auditorium, which integrated legal and clinical axes. The results demonstrated that multidisciplinary debate promotes a holistic and ethical perspective among students, strengthening the protection network. It is concluded that the "Projeto Amparo" acts as an essential strategy of permanent education, transforming professional practice and ensuring compliance with the fundamental rights of the pregnant woman and the newborn in accordance with current legislation.

Keywords: *Voluntary relinquishment, Interdisciplinarity, Professional training, Welcoming.*

INTRODUÇÃO

A entrega voluntária de recém-nascidos para adoção é uma temática de alta complexidade que exige a articulação de aspectos emocionais, jurídicos e sociais. Segundo Oliveira e Martins (2018), trata-se de uma decisão acompanhada de profundas implicações para a mãe, para o recém-nascido e para a família adotiva, o que demanda um atendimento especializado e um acolhimento humanizado em todas as fases do procedimento. Embora seja um ato legalmente amparado, a entrega de um filho para adoção ainda é cercada por estigmas sociais, tornando indispensável a oferta de suporte psicológico contínuo e uma abordagem que assegure a autonomia da gestante (SANTOS; OLIVEIRA, 2015).

Historicamente, o enfrentamento desse tema nas áreas de saúde foi marcado pelo desafio de lidar com preconceitos institucionais. De acordo com Pereira et al. (2012), muitas gestantes, por receio de julgamentos, acabam desamparadas no ambiente hospitalar ou, em casos extremos, recorrem ao abandono em vias públicas ou a adoções clandestinas. Essa lacuna na assistência, muitas vezes resultante da falta de protocolos claros e de informação técnica adequada durante o pré-natal, impõe riscos severos aos recém-nascidos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Nesse contexto, programas como o "MariAnas" surgiram como iniciativas pioneiras de acolhimento integral, oferecendo suporte jurídico, psicológico e social que garantem a tomada de decisão consciente pelas mulheres. Inspirado por esse modelo, surge o Projeto Amparo: Ação Interdisciplinar de Entrega Voluntária de Recém Nascidos, que busca sistematizar uma intervenção multiprofissional. O projeto visa integrar a atuação de estudantes e profissionais de diversas áreas para oferecer um fluxo de cuidado que reduza o sofrimento psíquico da mulher, garanta a formalidade jurídica e assegure a proteção integral da criança.

O presente trabalho justifica-se pela urgente necessidade de romper o silenciamento sobre a entrega legal e capacitar futuros profissionais para uma prática isenta de julgamentos, focada na humanização e no respeito aos direitos fundamentais previstos na legislação brasileira.

Dessa forma, o objetivo geral deste estudo é promover a compreensão e a discussão sobre a entrega voluntária de recém-nascidos, abordando os aspectos médicos, fático-jurídicos, de enfermagem e psicológicos por meio das ações do Projeto Amparo. Especificamente, pretende-se apresentar o funcionamento do Programa MariAnas, discutir os parâmetros legais da adoção, evidenciar a importância do suporte psicológico perinatal e da assistência de enfermagem, além de sensibilizar a comunidade acadêmica para a atuação ética e informada em situações de vulnerabilidade materna.

METODOLOGIA

O Projeto Amparo, desenvolvido na Faculdade Atenas, em Sete Lagoas (MG), estabelece uma proposta de intervenção interdisciplinar que articula os conhecimentos das áreas de Medicina, Direito, Psicologia e Enfermagem. A metodologia adotada fundamenta-se na capacitação técnica e teórica de estudantes e profissionais, visando a estruturação de fluxos de atendimento voltados à entrega voluntária de recém-nascidos. Como apontam Santos e Oliveira (2015), a integração

entre diferentes profissões é indispensável para superar barreiras institucionais e assegurar um acolhimento humanizado à gestante.

As ações são estruturadas com foco na capacitação profissional, realizada por meio de palestras e debates conduzidos no auditório da faculdade, organizadas em quatro eixos temáticos essenciais: a abordagem médica sobre o ciclo gravídico-puerperal; a fundamentação jurídica acerca da legislação de adoção e os procedimentos de entrega legal; as estratégias de suporte psicológico à gestante para mitigar o sofrimento emocional; e as diretrizes de assistência de enfermagem no ambiente hospitalar. Essa abordagem visa capacitar os participantes para a identificação de situações de vulnerabilidade, permitindo que a assistência seja pautada pela ética e pela segurança, conforme as diretrizes nacionais de saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

O público participante é composto por estudantes e profissionais das áreas da saúde e do direito, que recebem orientações técnicas baseadas na experiência do Programa MariAnas. A coleta de dados para o acompanhamento e a avaliação dessa capacitação ocorre por meio de registros de debates, sínteses de reuniões técnicas e relatórios que sistematizam as orientações prestadas. Segundo Santos *et al.* (2022), o preparo da equipe de saúde por meio de uma escuta qualificada durante o pré-natal é uma ferramenta essencial para oferecer suporte adequado.

Dessa forma, o percurso metodológico busca consolidar o Projeto Amparo como uma estratégia de educação permanente. A sistematização das informações obtidas durante as capacitações realizadas no auditório permite avaliar a eficácia do fluxo de cuidado proposto, fornecendo subsídios práticos para que a entrega voluntária seja conduzida com segurança jurídica, ética profissional e respeito aos direitos fundamentais de todos os envolvidos.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A aplicação da palestra técnica no auditório da Faculdade Atenas revelou que a articulação entre Direito, Medicina, Enfermagem e Psicologia é um passo indispensável para superar as dificuldades no atendimento à entrega voluntária de recém-nascidos, conforme aponta Minayo (2005). Os resultados demonstram que, ao terem contato direto com especialistas de cada área, os estudantes compreenderam que a proteção integral do recém-nascido não é responsabilidade de um único setor, mas um dever compartilhado, como preconiza a Constituição Federal (BRASIL, 1988).

A análise das interações evidenciou que a fragmentação do saber é substituída por uma visão holística quando os acadêmicos compartilham o mesmo espaço de debate, superando a visão isolada das disciplinas (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2023). Durante o encontro, representantes da Medicina e da Enfermagem enfatizaram que o protocolo hospitalar, quando pautado pelo acolhimento, protege diretamente os direitos de personalidade (DINIZ, 2023). Paralelamente, o acadêmico de Direito passou a reconhecer a importância da sensibilidade clínica na condução dos casos, enquanto os estudantes das áreas da saúde perceberam que o suporte jurídico previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) funciona como uma ferramenta de proteção ao próprio profissional.

A mediação da Psicologia foi fundamental para que os participantes compreendessem que a escuta qualificada é o instrumento técnico que evita a coação, assegurando que a decisão da gestante seja livre e consciente, conforme estabelecido pelas normas vigentes (BRASIL, 2022). A discussão permitiu constatar que grande parte das falhas na rede de proteção advém da ausência de diálogo, sendo o Projeto Amparo o antídoto necessário para essa fragmentação (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2023). Por fim, sob a perspectiva aristotélica, a formação do caráter virtuoso ocorre através do exercício deliberado da prudência, conceito que valida a transformação na mentalidade profissional observada nos acadêmicos durante a atividade (ARISTÓTELES, 2021).

Conclusão

O Projeto Amparo alcançou o objetivo de promover a integração interdisciplinar necessária para o atendimento à entrega voluntária, confirmando que a capacitação acadêmica articulada entre Direito, Medicina, Enfermagem e Psicologia é viável e fundamental. A experiência demonstrou que, ao romper com o isolamento das disciplinas, a universidade desempenha seu papel essencial na formação de profissionais mais aptos a lidar com questões sociais complexas, garantindo que o cuidado à gestante e à criança ocorra em estrita observância ao ordenamento jurídico e aos princípios bioéticos (BRASIL, 1990).

Reconhece-se, como limitação desta pesquisa, o alcance restrito ao ambiente acadêmico, o que aponta para a necessidade de estudos futuros que avaliem a implementação dessas diretrizes diretamente nas unidades de saúde. A continuidade desta proposta é fundamental para a consolidação de protocolos unificados, reforçando a prudência e a ética necessárias à prática profissional, conforme preconiza Aristóteles (2021). Em suma, o projeto se firma como uma estratégia de educação permanente capaz de transformar a realidade social e assegurar, de maneira humanizada, o exercício pleno dos direitos fundamentais previstos na legislação brasileira.

Referências

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco.** Tradução de Edson Bini. 4. ed. Bauru: Edipro, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 25 jun. 2026.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Acolhimento à gestante e ao recém-nascido: diretrizes para a prática assistencial.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro, v. 1: Teoria Geral do Direito Civil. 40.** ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil, v. 6: Direito de Família.** 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

PEREIRA, T. et al. **Direitos da Criança e do Adolescente.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, A. et al. **A escuta qualificada no pré-natal: caminhos para a humanização.** Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 112-128, 2022.

SANTOS, K. C.; OLIVEIRA, M. S. **Acolhimento interdisciplinar: novos desafios na saúde.** Revista Brasileira de Estudos em Saúde, Sete Lagoas, v. 10, n. 2, p. 45-60, 2015.